

Soberania alimentar, Território e Etnicidade: conexões, sobreposições, relações

DOI: 10.544446/bcg.v12i2.3019

*Thais Tartalha do Nascimento Lombardi¹, Estevan Leopoldo de Freitas Coca²,
Monica Schiavinatto³, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha⁴*

Resumo

A Soberania Alimentar (SA) tem sido debatida, em grande parte, através de estudos de caso nos quais sua definição teórica é usada como abordagem para explicar ações ou analisar contextos em recortes majoritariamente em escala local. Em ambos os casos há uma centralidade da produção social do espaço, entendida enquanto territórios e lugares produzidos sob relações sócio-ecológicas intensas e politizadas com importantes conexões com o alimento e o uso, preparo, consumo e comércio de recursos. Como sujeitos centrais nesse processo, figura a produção social do espaço realizada por populações camponesas. No Brasil, tal categoria é atravessada por uma diversidade étnica que explicita e caracteriza a diversidade desse grupo cujos aspectos comuns é sua estreita ligação com a terra e sua produção em pequena escala, na maior parte das vezes executada por parentelas. Assim, este artigo vai voltar seu olhar sobre populações indígenas e tradicionais, que embora muitas vezes esquecidas ou sub representadas no debate sobre Soberania Alimentar, são centrais na sua promoção e manutenção, dada a centralidade da dimensão étnica e territorial segunda a qual organizam seus modos de vida e resistências.

PALAVRAS-CHAVE: soberania alimentar, território, populações tradicionais, alimento, Terra.

-
- 1 Graduada em Ciências Sociais, mestrado em Antropologia Social e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente professora de Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: thais.tartalha@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0742-997X>.
 - 2 Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp, Presidente Prudente), atualmente no curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9424-9699>.
 - 3 Graduada em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP, Araraquara) e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB) e atualmente é pesquisadora associada do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). E-mail: monica.schi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5546-6890>.
 - 4 Graduada e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Presidente Prudente). Atualmente é professora de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-4465>.

Introdução

É cada vez mais comum ouvir o termo “Soberania Alimentar” em três espaços distintos: nos círculos acadêmicos; entre os movimentos sociais, e dentre eles principalmente os que podemos classificar como socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2008); e por fim; entre os responsáveis no governo e nas agências multilaterais por elaborar políticas públicas. Tal cotidianidade do termo se deve ao fato de que ele é hoje muito mais do que apenas um conceito teórico, pois também resume um modo de entender e pensar a relação entre população, território, cultura e alimentação. Nascido de uma elaboração teórica para complementar, e de certo modo, contrapor o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional tal qual visto, principalmente por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o conceito trouxe a visão daqueles que estavam diretamente ligados à terra⁵ sobre a relação entre o alimento e seus direitos⁶ (ALTIERI, 2012; COCA, 2022; BRANDEMBURG; BEZERRA; GIORDANI, 2016; HOYOS; D’AGOSTINI, 2017; PATEL, 2009).

Tal contribuição alargou a dimensão segundo a qual se pensava o alimento, incluindo a etnicidade e as práticas tradicionais com suas ontologias e cosmologias como parte da complexa equação para sanar a fome do mundo. Não que este fosse um ponto desconhecido até então, uma vez que ainda na primeira metade do século XX autores como Josué de Castro (1961) argumentavam sobre a fome como fenômeno social, implicando produção, distribuição e acesso vistos sob a ótica de sua dinâmica social e econômica, que deveriam ser somados com questões climáticas, de solo ou de restrição nutricional.

Assim, o que se viu a partir da construção conceitual da Soberania Alimentar foi um alargamento do debate e das conexões entre lutas por direitos (terra, língua, identidade, alimento, reconhecimento) e as bases territoriais que alimentam estas lutas (AGARWAL, 2014; LIBERATO et al., 2019; ZANOTTO, 2017). Em uma reconfiguração ou clarificação entre elementos componentes do mundo social, a Soberania Alimentar tomou uma centralidade na conexão entre alimento, território, identidade, modos de vida e sustentabilidade, num movimento pela diversidade ao

5 Um bom histórico é encontrado tanto no trabalho de Patel (2009), quanto no trabalho de Schiavoni (2017). Contudo, é possível ter acesso ao texto da *Declaração de Nyéléne* (de 2007 - <https://viacampesina.org/en/declaration-of-nyeli/>), onde aparece pela primeira vez uma definição sistemática dos elementos e categorias que engendram o conceito de Soberania Alimentar. E tanto Patel quanto Schiavoni concordam que embora esta declaração seja considerada um marco conceitual e dê direções de ação aos movimentos socioterritoriais no mundo todo ela vem sofrendo mudanças de leitura e sentidos provocadas pela sua própria aplicação em situações locais.

6 Estes direitos podem ser resumidos de maneira muito simplificada em três dimensões: 1) direito à terra – significando estar em sua terra e acessar os territórios que permitem sua manutenção e reprodução enquanto pessoa física e social, incluindo práticas tradicionais e culturais de relação com a terra; 2) direito à saúde – na forma entre outras coisas de uma nutrição em qualidade e quantidade adequada; 3) direito à ter suas dietas e hábitos alimentares respeitados segundos sua identidade étnica ou tradição; entre outros aspectos.

longo do globo, e em um contramovimento à homogeneidade do capitalismo (BRANDEMBURG; BEZARRA; GIORDANI, 2016; COCA, 2022).

Hoje somam-se mais de duas décadas desde que essa interpretação sobre o alimento tomou corpo e foi disseminada tanto entre organismos internacionais, governos (McKAY; RYAN; WALSH-DILLEY, 2014) e sociedade civil e seu impacto tem se mostrado amplo, aparecendo em discursos, políticas e na literatura científica e cotidiana em quase todos os países do globo. No Brasil não é diferente. Contudo, embora seja possível encontrar o conceito e seus pressupostos em diversos espaços cotidianos e de tomada de decisão e luta, a soberania alimentar ainda não é um termo corrente para pensar as questões e lutas étnicas no país. Diante da extensão com a qual o conceito atingiu o campesinato brasileiro ainda fica tímida a expressão dele para as populações tradicionais e indígenas do país. Isto pois, o próprio debate sobre o campesinato enquanto categoria de reconhecimento para também incorporar as populações tradicionais e indígenas não é consensual e é atravessado pela dimensão do território e da territorialidade como eixo de recorte étnico (ALMEIDA, 2004; GUEDES, 2016; LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019; LITTLE, 2003).

Assim também a dimensão da etnicidade enquanto categoria de reconhecimento identitário e organização política viu um transbordamento em tempos recentes, por vezes se colocando em paralelo e não sobreposta ao conceito/categoria de campesinato (ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, 2007; CUNHA; ALMEIDA, 2000). Apesar de que recentemente, em países do Hemisfério Norte, a comunidade acadêmica esteja chamando atenção para a incorporação da soberania alimentar enquanto categoria de ação e conceito em comunidades indígenas (DESMARAIS, WITTMAN, 2014; RUDOLPH, McLACHLAN, 2013; DIAGLE, 2017), esse debate ainda é incipiente no Brasil. Por isso, neste texto refletimos a partir de algumas experiências e práticas das comunidades tradicionais e indígenas no Brasil que mesmo sem incorporar a soberania alimentar como categoria de ação ou conceitualmente, partilham das lutas e demandas pelos mesmos princípios e elementos e buscam através destes um protagonismo político de construção de uma sociedade mais diversa e equitativa.

Para tanto, o texto foi dividido em três partes: a primeira perfazendo um pequeno histórico do conceito e como e quando ele começa a se espalhar no Brasil, terminando com um panorama da atualidade; a segunda trazendo elementos da etnicidade e das práticas dos povos tradicionais do país, apresentando sua necessária base territorial e suas múltiplas relações com a terra, com o que se planta, e com o que se come; por fim, argumentamos como se viveu e se vive soberania alimentar nas comunidades tradicionais e indígenas no país e de que forma nomear alguns elementos da prática e da alimentação a partir do referencial de soberania alimentar abre diálogos e fornece uma tradução possível sobre as múltiplas cosmologias em que cada uma dessas comunidades dá sentido ao termo.

Breve histórico do conceito de Soberania Alimentar

A soberania alimentar foi utilizada, primeiramente na década de 1980, como uma referência às lutas de camponeses e indígenas da América Central (EDELMAN, 2014). Todavia, somente na década de 1990, com a sua incorporação pela coalizão internacional La Via Campesina, ela viria a se consolidar como uma referência para a organização dos sistemas agroalimentares (WITTMAN, 2009). Isso se deu porque, na década de 1990, diversos governos e instituições multilaterais aderiram à segurança alimentar como uma referência para a superação da fome (SHAW, 2007). A segurança alimentar é embasada em quatro dimensões: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (SIMON, 2012). Apesar dessas dimensões serem de grande importância para se discutir a implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança alimentar possui como grande limitação não prever qual modelo de desenvolvimento vai fazer com que isso ocorra (WITTMAN, 2009). Nesse sentido, a La Via Campesina (1996) incorporou a soberania alimentar como uma referência para a reorganização dos sistemas agroalimentares com base no protagonismo de camponeses e indígenas, visando assim, se contrapor a segurança alimentar, pois essa pode ocorrer até mesmo num contexto em que o agronegócio é hegemônico.

Desde sua incorporação pela La Via Campesina, no ano de 1996, quando da realização de sua II Conferência Internacional, a soberania alimentar tem ampliado seu escopo (DESMARAI, 2007). Isso pode ser percebido, por exemplo, na definição da escala em que ela deve ser efetivada. Num primeiro momento, a La Via Campesina (1996), em consonância à definição de soberania oriunda do Tratado de Vestfália (1648), deu centralidade ao Estado-Nação. Nesse sentido, a soberania alimentar ocorreria quando cada governo nacional, dando abertura a proposições das classes populares, fosse capaz de controlar o processo de alimentação de sua população. Num segundo momento, a La Via Campesina e outros movimentos e instituições interessados na soberania alimentar passaram a considerar como mais relevante a escala da comunidade, como pode-se perceber na Declaração do Fórum Internacional por Soberania Alimentar, ocorrido em Nyéleni, no Mali, em 2007 (NYÉLÉNI, 2007). Também são exemplos da ampliação do escopo da soberania alimentar a incorporação de elementos correlatos como a questão de gênero (DESMARAI, 2002; LIBERATO et al, 2019; MOTA; SILIPRAND; PACHECO, 2021), a Agroecologia (ALTIERI; NICHOLLS, 2012; MOTA; SILIPRAND; PACHECO, 2021) e as mudanças climáticas (BRADEMBURG; BEZERRA; GIORDANI, 2016; SAGE, 2008).

No que se refere à discussão realizada neste trabalho, ressalta-se que desde suas primeiras definições, a soberania alimentar enfatiza sua relação com um modelo de desenvolvimento para o campo e as florestas com base na primazia de indígenas e camponeses (inclusos os povos tradicionais). Porém, somente recentemente a academia tem aprofundado a discussão sobre como ela incorpora ou é incorporada pelos diferentes modos de fazer agricultura e se relacionar com o alimento. Isso porque, num primeiro momento, deu-se um foco mais intenso nas perspectivas dos camponeses sem-terra do Hemisfério Sul (DE SCHUTTER, 2015). Sobre isso, vale lembrar que, em 1996 – o mesmo ano em que a La Via Campesina incorporou a soberania alimentar como bandeira de luta – também ocorreu o massacre de

Eldorado dos Carajás, no estado Pará, Brasil. Esse fato chamou a atenção mundial para a luta pela reforma agrária deflagrada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que não por acaso é um dos fundadores e principais referências da própria La Via Campesina. Ao propor a soberania alimentar, os camponeses sem-terra pontuavam a possível contribuição que eles poderiam oferecer para o desenvolvimento do campo e da cidade.

Assim, na primeira década de 2000, a maior parte da literatura internacional sobre a soberania alimentar, mesmo que indiretamente, esteve relacionada à discussão sobre a reforma agrária. São exemplos os trabalhos de Patel (2009), Wittman (2009), Altieri (2009) e Desmarais (2007). Mesmo reconhecendo que a ocorrência da soberania alimentar exige a valorização de outros modos de se relacionar com o alimento além do que tem sido desenvolvido pelo agronegócio, não se destacaram nessa etapa outras abordagens sobre as particularidades da soberania alimentar com base nos contextos de comunidades tradicionais e indígenas.

Contudo, um movimento recente tem chamado atenção para a relação entre a soberania alimentar e comunidades indígenas. O trabalho de Daigle (2017), por exemplo, tomando por referência os povos Anishinaabe, de Ontário, Canadá, destaca a importância de o debate sobre a soberania alimentar incorporar a agricultura regenerativa produzida por indígenas como uma expressão da descolonização. Também com base no contexto canadense, Desmarais e Wittman (2014) destacam como comunidades de *First Nations* têm utilizado a soberania alimentar como princípio para pensar a remodelagem dos sistemas agroalimentares. Grey e Patel (2015), por sua vez, discutem a integração de comunidades indígenas do Hemisfério Norte ao movimento por soberania alimentar como um exemplo da diversidade na unidade que caracteriza essa estratégia de remodelagem dos sistemas agroalimentares.

Contudo, esse debate ainda é incipiente no Brasil. Mesmo o país possuindo uma grande diversidade de povos tradicionais e comunidades indígenas, fato que é retratado mais adiante nesse texto, pouco tem sido escrito sobre como os diferentes modos de fazer agricultura e se relacionar com o alimento de um modo geral, podem contribuir com a soberania alimentar. Existem duas linhas por meio das quais a academia tem abordado a soberania alimentar no Brasil: a primeira enfatiza o protagonismo dos movimentos camponeses, especialmente por meio da luta pela terra. São exemplos os trabalhos de Stédile e Carvalho (2011), Fernandes (2008) e Thomaz Júnior (2009); a segunda se relaciona com a participação social na elaboração de políticas públicas, levando o Brasil a ir além da concepção hegemônica de Segurança Alimentar e Nutricional. São exemplos dessa leitura os trabalhos de Leão e Maluf (2009), Maluf et al (2015). Tornando o conceito de soberania alimentar não apenas teórico, que orienta a análise, mas também uma categoria êmica que orienta a ação, o discurso e as lutas políticas das próprias comunidades camponesas.

Neste cenário, pouco tem sido escrito sobre como indígenas e povos tradicionais em suas práticas de produção e consumo podem contribuir com a construção da soberania alimentar. Isto pois, ela não tem a dimensão de organização da luta, da ação e do discurso, que é ocupada pelo território como categoria êmica central. E não só o território, mas também as territorialidades e as muitas dimensões que ele incorpora como o alimento ou os modos de vida, sendo então a categoria de orientação da ação, discurso e da luta política (ALMEIDA, 2004; CUNHA; ALMEIDA, 2000; GUEDES, 2016; LITTLE, 2003).

Assim, a soberania alimentar vai aparecer como um conceito que é trazido de fora para dentro a partir do cruzamento com outras dimensões como o alimento, gênero e território (LIBERATO *et al*, 2019) ou em trabalhos que abordam os sistemas agroalimentares desses sujeitos numa expansão (ou contraponto) da abordagem a partir do conceito de segurança alimentar (MOTA; SILIPRAND; PACHECO, 2021). Visando superar essa lacuna, o item a seguir tem por objetivo pensar o conceito e o movimento por soberania alimentar por meio da relação que alguns povos tradicionais e comunidades indígenas brasileiras possuem com o alimento, seja pensando na produção ou consumo.

Reflexões sobre o alimento e suas vicissitudes analíticas

No campo das ciências sociais, estudos nos quais a comida e o comer são os eixos segundo o qual se estrutura uma pesquisa não é algo novo, ao contrário, é um recorte recorrente e bastante disseminado, pois como argumenta Mintz (2001, p. 31-32):

Difícilmente outro comportamento atrai tão rapidamente a atenção de um estranho como a maneira que se come: o quê, onde, como e com que frequência comemos, e como nos sentimos em relação à comida. O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos. Não é de surpreender, portanto, que o comportamento comparado relativo à comida tenha sempre nos interessado e documentado a grande diversidade social (...). Comer é uma atividade humana central não só por sua frequência, constante e necessária, mas também porque cedo se torna a esfera onde se permite alguma escolha. Para cada indivíduo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das idéias por meio de nossos atos. Assim, é também a base para nos relacionarmos com a realidade.

Embora Mintz (2001) esteja tecendo uma reflexão sobre a relação entre antropologia e alimento, sua argumentação do porquê o comer exerce tamanho fascínio excede as motivações dessa disciplina em particular e exemplifica o motivo pelo qual o ato de se alimentar e aquilo que o circunda (a produção, a colheita, o preparo, as receitas, a forma de consumo, as interdições de tempo e lugar) continue

a ter lugar cativo nas agendas da pesquisa e interesse cotidiano, tendo até mesmo uma área de estudos próprias – como a nutrição e a agronomia – toda voltada para essa temática. Assim, como também argumenta o autor, o fato de ser uma necessidade humana de certa forma flexível em sua escolha, torna o comer um elemento sobre o qual é possível estabelecer sentidos, ritos e práticas que ajudam a transmitir informações e criar laços quando compartilhados.

Por isso, não sem motivo alguns dos mais densos e complexos estudos antropológicos se debruçam sobre o alimento como categoria analítica que ajuda a conectar outras categorias como território, estrutura e práticas sociais, o entendimento das relações sociais e suas mudanças no tempo. Assim, um olhar reflexivo sobre interdições alimentares e classificações dos alimentos, perpetrados por livros sagrados da religião judaica, leva Douglas (2010) a argumentar que os sentidos e interpretações abstraídas daquelas regras deixam entrever uma interpretação compartilhada sobre o mundo e como se portar diante dele. Ao ser compartilhada cria laços profundos entre seus praticantes tornando-os uma comunidade singular, destacando-se daqueles que não compartilham tais sentidos e tais práticas. Deste modo, o alimento, podendo ter um componente de escolha e interpretação que pode ser ensinado e compartilhado, tornar-se um marcador social e também um elemento identitário que dá sentido à constituição do indivíduo e orienta suas práticas e seus valores.

O que não é diferente da análise feita por McMichael (2016) ao pensar seu conceito de *regimes alimentares* e sua intrínseca ligação com as transformações do capital e seus reflexos na estrutura do mercado e das cadeias produtivas, transformando também os significados de alimento em uma sociedade globalizada. Sendo uma necessidade básica humana, o ato de comer organiza e tenciona relações e suas mudanças no tempo e as paisagens que cria e nas quais se dá, enquanto objetos de análise, diz muito sobre os problemas que temos e como resolvê-los. Dessa forma, ao pensar a soberania alimentar e os elementos e categorias que esta evoca entendemos uma tensão entre modelos distintos de pensar o ato de comer e aquilo que é sua parte essencial: o alimento.

A Soberania Alimentar evoca uma lógica do alimento enquanto constituinte dessa necessidade humana que é afetivamente, racionalmente, e repetidamente aprendido, ensinado, pensado e executado pelas pessoas. Evoca as possibilidades de sentido, simbologia e escolha que são partes do ato de comer. E se contrapõe a um distanciamento do alimento, uma relação particular, onde há sua transformação de necessidade humana em algo distante, destituído de sentidos. Dessa forma, podemos argumentar que embora o conceito ou categoria não seja incorporado enquanto tal em muitos trabalhos e muitas lutas e demandas a posição política sobre o que se acredita seja o alimento e o ato de comer e a complexidade de relações envolvidas são centrais. Assim, a utilização das palavras soberania alimentar é apenas uma questão de uso, pois os princípios já estão plenamente integrados.

Não sem motivo são os camponeses, grupo cuja uma das características principais seja sua profunda ligação com a terra (ALMEIDA, 2007; WOORTMANN;

WOORTMANN, 1997), os primeiros a elaborar o conceito de Soberania Alimentar e nomear suas práticas de resistência ao modelo capitalista como um modelo de resistência à transformar o alimento em algo distante. Contudo, embora seja o campesinato que primeiro toma a posição política de resistir a partir da elaboração teórica do que seja o alimento e o ato de comer, há uma dimensão étnica importante que não pode ser descartada. No Brasil, essa dimensão trouxe a potencialidade de se nomear os grupos segundo os próprios parâmetros destes e não em uma nomenclatura de fora para dentro, como em voga até então. Cria-se assim um cenário que permite visualizar a riqueza da tradicionalidade e das identidades que trazem entre suas práticas marcadores importantes concernentes às dietas, receitas, produção e relação com o alimento (calendários sociais e culturais, alimentos sagrados ou proibidos, elaborações de gênero e estamento), além de uma forte relação com o território ou com as territorialidades de marcam esse alimento.

E tal qual a própria elaboração do conceito de Soberania Alimentar a identidade de comunidade tradicional tem como um eixo central, uma posição política e relacional e uma dimensão local que a define e orienta suas práticas e resistências. Com isso o camponês, enquanto marcador de unidade de um modo de vida se diversifica, sendo agregado ou refutado pelos diferentes grupos a partir de suas construções locais e internas de suas identidades e lutas políticas. Almeida (2007) resume bem essa dimensão política da identidade das populações tradicionais e entre elas os indígenas e camponeses:

A literatura pós-camponesa, que teria dissolvido as narrativas mestras e recusado o realismo dos grandes conceitos, está repleta de projetos concretos e de soluções locais relacionadas a essas vias e temas. A ênfase está agora no local. Os problemas locais, contudo, são globais: são problemas que dizem respeito a paisagens naturais (mares, florestas, savanas, rios), e aqueles que os disputam – moradores 'tradicionais', agências do Estado, megaempresas –, bem como as consequências dessas disputas para o futuro. Os atores, porém, não são mais puros e é difícil descrevê-los como classe ou como camponeses. Fala-se, como Escobar e Bhabha, em personagens híbridos. É verdade que muitos grupos locais portadores dos traços do antigo campesinato reaparecem agrupadas sob a noção de comunidade tradicional, ou de comunidade local, revestida de potencial político como fundamentos de reivindicações territoriais(...) A 'comunidade local' é uma categoria política, e não um conceito teórico; ela remete a um pacto entre grupos e o Estado, e não a uma nova narrativa universal. No momento em que 'tudo que é sólido desmancha no ar' inclusive as grandes categorias rurais, as tradições e identidades são reconstruídas em toda parte como fundamento de movimentos e lutas (...) (ALMEIDA, 2007, p. 176-177).

Desse modo, parece justo que haja uma reflexão sobre a Soberania Alimentar que assuma essa justaposição entre alimento e território e sua centralidade para grupos que não se autoidentificam como camponeses, embora partilhem como um

princípio importante de sua identidade política, social e cultural a relação com a terra. Por isso, nas páginas seguintes, nos debruçamos sobre alguns estudos e pesquisas que trazem à tona a importância do alimento e do comer enquanto constitutivo da construção das suas territorialidades e com elas sua identidades e sua diversidade. Enfim, damos certo destaque ao fato de que tais práticas e escolhas acontecem sob e para constituir certa paisagem, delimitando, assim, um território onde ocorrem e do qual dependem, seja ele físico, social ou ambos.

Territorialidade, Identidade e Soberania Alimentar

Os elementos apresentados no tópico anterior atestam a importância de se inserir a contribuição de indígenas e povos tradicionais brasileiros na discussão sobre o conceito e o movimento de soberania alimentar. Isso exige que uma vez considerada a relação do alimento com as diversas culturas e organizações sociais esta não seja lida como estática, mas sim como processual:

Admitir a natureza dinâmica das culturas e os aspectos positivos do intercâmbio entre elas não implica desconhecer a necessidade de retomar instrumentos de regulação pública dos mercados alimentares e de (re) construir uma visão de soberania alimentar. Usamos a noção de soberania alimentar para nos referir ao direito dos povos de decidirem o que querem comer e como querem comer, o que querem produzir e como querem produzir o alimento (MALUF, 2007, p. 146-147).

Claro que a partir do excerto acima e também nas perspectivas de Mota, Siliprand e Pacheco (2021) tal incorporação pode significar uma nomeação inicialmente de fora para dentro de práticas já existentes, em um movimento parecido com outros que buscam recortar as categorias a partir das quais se estrutura a demanda ao Estado, como apontado no livro organizado por Acselrad (2004) e nos artigos de O'Dwyer (2018) e Little (2003). Assim, embora o conceito de soberania alimentar tenha se desenvolvido a partir de uma base social, construída com movimentos sociais e de populações locais (PATEL, 2009; HOYOS; D'AGOSTINI, 2017) elas são presentes dentro dos grupos onde foram gestadas e agora tomadas como bandeiras que organizam o diálogo de demanda com o Estado e a sociedade civil (ZANOTTO, 2017; COCA, 2022) podem ser legitimamente tomada por outros grupos que partilham dos mesmo princípios, cosmologias e lutas mas que ainda não a incorporaram no seu glossário de luta.

Assim, na Amazônia ainda é recente a incorporação da soberania alimentar como sinônimo de suas práticas. Muito embora o conhecimento da floresta que é comumente associado às populações rurais da Amazônia sem dúvida tem relação com a forma pela qual estruturam sua dieta e sua produção. Em particular seu manejo de produtos tradicionais, como a mandioca, a castanha e o cacau, e forma de produção no roçado. Desde o calendário de plantio e colheita aos consórcios entre produtos há a construção de uma territorialidade e de paisagens que são a base da sua identidade e principalmente de sua dieta. Do mesmo modo, diferentes

processos de deslocamento, ocupação do território, relação com a paisagem e entre grupos resultou em práticas de manejo e uso particulares. Como relata Emperaire em trabalhos seus e com colegas (EMPERAIRE 2016; EMPERAIRE; ELOY; SEIXAS, 2016) há um *patrimônio agrícola* que é possível registrar e refletir nos estudos sobre os roçados de ribeirinhos, seringueiros e populações indígenas na Amazônia.

Em uma relação estreita e diária com a floresta, as escolhas sobre o que plantar e como, quando colher, e como processar o alimento é uma forma de expressão da relação particular que cada uma dessas comunidades foi construindo com a floresta. Dentre elas as possibilidades de consórcio entre plantas (comestíveis e não comestíveis com uma protegendo a outra ou plantas anuais que sobreiam as perenes nascentes e as ajudam a se desenvolver), e o uso de plantas nativas na dieta, a elaboração de um calendário agrícola que organiza também o ano de trabalho, as festas, e a comunidade.

Assim, o tempo da colheita (colher verde, colher maduro) também entra na equação a depender das receitas e dietas de cada grupo, além dos usos medicinais de plantas. Como argumenta Pantoja (2012), o trabalho com a terra é um meio de produzir alimentos mas também de experimentar, de cultivar novas variedades de determinada planta e de criar novas relações com o lugar, de produzir territorialidades que demarcam identidades e diferenciam práticas e grupos. É na construção de uma territorialidade e de paisagens que dão o tom da passagem do ano que visualizamos essa relação particular com o alimento que não é simplesmente um produto mas sim a essência do seu trabalho e da sua vida cotidiana.

Sobre esta diferenciação ditada pela forma como se produz e se consome o alimento podemos ainda citar o trabalho de Costa (2011) sobre o consumo da mandioca por grupos quilombolas no Pará. A mandioca é sem dúvida um dos alimentos que ajudam a contar a história da ocupação do país reconstruindo mesmo todo o processo de domesticação da planta e suas práticas produtivas e formas de consumo. Associada principalmente à herança indígena ela é consumida por toda a população brasileira e com particularidades em cada região. Associada mais à população indígena é um produto tradicional também para populações quilombolas que a partir dela fazem preparos e receitas particulares usadas tanto cotidianamente como em épocas festivas. Tal qual o roçado de ribeirinhos e seringueiros, o plantio da mandioca por quilombolas se utiliza de uma mesma planta, a mandioca, para criar diferentes narrativas sobre o alimento que envolvem afetividade, cultura, e a produção de territorialidades.

O trabalho de Igor Santos (2018), retoma e aprofunda esta discussão apresentando as múltiplas variedades de mandioca cultivadas na comunidade de Vargem do Inhaí em Diamantina (MG) e como elas se conectam com relações sociais, de parentesco e oferecem uma possibilidade de compreensão da dinâmica temporal, territorial e social dos quilombolas de Vargem do Inhaí e sua relação com seu lugar e seu entorno. Assim, a roça, o trabalho na terra e os produtos locais que integram dietas remetem diretamente a construção dessa identidade étnica que

orienta suas atuações políticas, incluídas as lutas por reconhecimento e direitos. Assim como o Quilombo de Vargem do Inhaí o Quilombo do Campinho da Independência em Paraty (RJ) também traz esse aspecto importante da territorialidade e do alimento como eixo central.

O Quilombo do Campinho passou de bairro rural negro (desde fins do século XIX) a Quilombo reconhecido oficialmente pelo Estado brasileiro (1998), por meio de uma luta pela permanência na terra e pela identidade específica “de negro camponês” (Gusmão, 1993/1994; Lima, 2009). Tradicionalmente a parentela que compõe a população do quilombo tem uma forte relação com a terra e com o mar. Durante muitos anos suas principais atividades foram a roça de subsistência (banana, mandioca, cara, inhame, batata doce), a criação de pequenos animais (porco e galinha) e a pesca. Produziam o que comiam, faziam suas cestarias e equipamentos de trabalho e de manipulação do alimento. Vendiam o excedente e/ou trocavam alimentos com comunidades vizinhas (Linhares, 2014). A sua territorialidade foi sendo construída a partir da sua relação com o ambiente e com a cultura herdada dos escravos.

Com a consolidação do Quilombo surgem novos enfrentamentos e novas territorialidades vão sendo construídas. Neste contexto, a comunidade, como forma de resistência, ressignifica seus modos de vida, resistindo e/ou se adaptando ao novo cenário de expansão do capital (especulação imobiliária, turismo, parque) e, ao mesmo tempo que impõe sua tradicionalidade, busca inovações que permitam a sua permanência na terra. O alimento e sua forma de produção e processamento é um dos principais elementos da resistência. Nesta perspectiva, surge a experiência do Restaurante do Quilombo que transforma a comida típica do dia a dia em pratos sofisticados para os turistas. A iniciativa está inserida numa lógica de turismo, mas também tem como proposta fortalecer a identidade da comunidade quilombola a partir do alimento. Foi a forma encontrada pelos moradores do quilombo para traduzir sua cultura e para lutar pela manutenção dos seus modos de vida. O Quilombo está articulado com outros quilombos da chamada “costa verde” do sudeste brasileiro e faz parte do fórum de Comunidades Tradicionais de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis (FCT).

O espaço do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) é um exemplo da diversidade de grupos que habitam o país e sua organização social e relação com o território e o ambiente. Assim, junto ao Quilombo do Campinho da Independência comunidades caiçaras que ocupam o sertão de Ubatumirim também fazem parte da FCT e embora partilhem de muitos dos alimentos e cultivos com a comunidade do quilombo têm uma territorialidade própria.

A ocupação de Ubatumirim data do início do século XIX. As primeiras famílias chegaram nesta época e ocuparam as terras baixas do sertão (planície costeira). Chamados de caiçaras, sempre foram agricultores que dependiam da interação “roça-mata” (RAIMUNDO; SIMÕES, 2016). A agricultura caiçara é feita por meio do sistema de pousio, com culturas anuais, mandioca, milho, raízes e tubérculos e culturas perenes, sendo a principal, a banana (plantada, quase que na sua totalidade,

entremeadas na mata), dentre outras. Também fazem coleta de frutos de espécies nativas.

O estudo realizado por Macêdo (2014) no sertão de Ubatumirim identificou 256 etnovariedades de plantas alimentares conhecidas pela comunidade. A maioria destas são cultivadas e algumas são espécies nativas, o que significa uma *“grande manipulação humana nas paisagens para garantir as planas alimentares”* (p. 44). As espécies encontradas na mata que se tornaram importantes tanto para o autoconsumo, quanto para a comercialização passaram a ser cultivadas, como é o caso de juçara e do cambuci. Esta lógica produtiva manejada entre o que se planta e o que se extrai da mata faz parte da cultura caiçara para garantir um mecanismo de segurança alimentar e está relacionada com o sistema de conhecimentos, crenças e sentimentos desta população. Ou seja, reflete os modos de vida e a luta pelo território.

Assim, embora a relação com o território desses grupos apresentados acima seja atravessada pelo alimento e por suas lutas políticas, elas demarcam também uma demanda territorializada no espaço onde vivem e reproduzem seu modo de vida. Diferente situação é a das quebradeiras de coco babaçú do Bico do Papagaio em Tocantins. A quebradeira de coco é em sua essência agroextrativista, pois a estratégia central da sua reprodução social é o manejo *“roça-babaçu”* (ROCHA, 2011). O babaçu e todas as suas formas de manejo e de uso é o elemento marcador da identidade, história e cultura deste grupo. Isto faz parte da estratégia de reprodução social deste grupo que, a cada momento, se adapta às condições socioeconômicas e/ou ambientais (ROCHA, 2011). É a partir deste alimento que se constituíram articulações e lutas pela permanência no território. A utilização de novos conhecimentos e tecnologias articuladas com os conhecimentos tradicionais das quebradeiras de coco ressignificam o babaçu, tornando-o não só um produto para autoconsumo e para a geração de renda, mas também para a afirmação político-cultural das mulheres que exercem esta atividade.

As quebradeiras de coco estão organizadas numa associação, a Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUPIB) e no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), articulando as múltiplas escalas. Segundo estudos referentes às frentes de expansão, a ocupação desta região iniciou-se por volta de 1930, com os migrantes nordestinos (especialmente do Maranhão) que se instalaram em áreas livres (terras devolutas), próximas a cursos d'água e onde houvesse babaçu para o cultivo de roça no sistema de pousio e para o extrativismo (VELHO, 1972).

Mais tarde, outros sujeitos sociais chegam (fazendeiros, grileiros, empresas de babaçu) causando inúmeros conflitos pela posse da terra e do babaçu. Este processo culminou com uma estrutura agrária na qual a grande maioria das quebradeiras de coco babaçu não tem acesso à terra. E diferenciando-se de outros grupos sua territorialidade e sua demanda é dada pela possibilidade de acessar os territórios, mesmo sem sua posse. (FIGUEIREDO, 2005). Desta forma, a diversidade de condições de acesso à terra determinou uma luta comum: o babaçu livre. É a partir

desta, que as mulheres agroextrativistas da região constroem sua territorialidade, que vai do local (Bico do Papagaio) ao global (articulação regional, nacional e internacional) e sua identidade político-cultural: quebradeiras de coco.

A territorialidade, expressa nos mais distintos casos aqui mencionados, constitui-se como um elemento importante de grupos sociais que manifesta-se nas formas de uso do território, como a produção agrícola e a alimentação, por exemplo. Tanto a produção como a alimentação remete à compreensão das formas de uso do território, de como se relacionam com a terra, refletindo a multidimensionalidade territorial desses sujeitos. A territorialidade está presente em todas as escalas sociais e espaciais, e só pode ser forjada a partir das relações de poder emanadas por essas comunidades (RAFFESTIN, 1993).

Tal territorialidade pode ser identificada quando analisada a organização espacial de tais comunidades, capazes de expressar parte de suas identidades e culturas como instrumento de exercer o poder em seus territórios e produzir mais do que representações físicas, como também afetivas, identitárias e políticas no processo de apropriação do espaço. Assim, refletir sobre as relações de uso dessas comunidades com seus territórios, exaltando a territorialidade, é crucial para que o debate da soberania alimentar seja repensado desde a perspectiva horizontal de construção por quilombolas e indígenas. Comer e produzir revelam mais do que práticas de sujeitos com seus territórios, mas evocam o direito do que produzir, como produzir e o que comer.

Constitui-se num ato político de como se relacionar com a natureza e, por isso, traduz-se no debate sobre a soberania alimentar. Desta forma, ao partir de usos e preparos tradicionais de, alimentos cotidianos incorporam inovações que ressignificam esse alimento – palmito juçara; restaurante; coco (azeite, óleo gerando renda); roça, mandioca – valorizando a tradição ao modificar narrativas que conversam com discursos modernos. Trazem à tona a especificidade do comum – os muitos usos e consumos da mandioca, as muitas roças, as ressignificações dos produtos da juçara, a criação de uma restaurante – e a garantia do alimento, que mais do que seu aspecto nutricional é também simbólico, cultural e político. Sendo um traço essencial de suas lutas e resistência frente ao esvaziamento de sentidos do alimento e do comer própria do agronegócio e da commoditização do alimento.

Considerações finais

Ao longo do texto foi possível entender como as dimensões do território e do alimento são fundamentais aos diferentes grupos que têm na sua relação com a terra parte constituinte de sua identidade e de sua organização social e política. Isto posto nos debruçamos a entender por qual (ou quais motivos) a Soberania Alimentar que opera como categoria central de ação e organização política e identitária para grupos camponeses no Brasil não operam de maneira tão presente em lutas e construção de identidades étnica e política quando as categorias operacionalizada é a de populações tradicionais e indígenas. Buscamos fazer isso recortando primeiramente o lugar do alimento e do território nestes grupos e de que forma o campesinato

enquanto categoria política e de identidade comporta ou se diferencia das populações tradicionais e indígenas. Os exemplos aqui apresentados demonstram uma diversidade nas formas de produção e consumo e estratégias de lutas diferenciadas.

No entanto, apontam para um eixo comum: o alimento produzido/extraído e o território que ele constrói (e onde o alimento é produzido) como referencial para a constituição das identidades sócio-políticas-culturais e também como elemento central das lutas pela permanência nos territórios e pelos modos de vida. A produção do alimento tem um caráter: 1. socioeconômico, pois é consumido e comercializado, como forma de gerar renda e de organizar a comunidade e o território; 2. cultural, pois se articula com a tradicionalidade destes grupos onde inclui também a dimensão do sagrado e as cosmologias locais; 3. político pois reafirma uma luta a partir de uma identidade com uma territorialidade particular. São esses aspectos que se relacionam de forma mais direta com a soberania alimentar e ecoam sua construção contra hegemônica sobre o alimento e a sociedade que o produz e consome.

Outro aspecto importante é a relação local-global. As estratégias são definidas localmente, pois as características e demandas de cada um, suas relações com o ambiente, e com os outros sujeitos sociais, são muitas vezes específicas. Porém, se articulam com grupos de outras localidades, fazendo parte de uma luta global de oposição ao sistema capitalista e seu entendimento do alimento de modo simplificado e como produto commoditizado, além de transformar a terra e a relação com ela apenas em valor monetário, subtraindo dela diversidades de modo de vida e relações com a terra. Ao trazer para o campo político sua luta por suas territorialidades específicas se somam enquanto demandas por um outro alimento e uma outra relação com o comer que é global e implica o respeito com a diversidade e a sustentabilidade. Nesse sentido, mesmo que não operacionalizam a soberania alimentar têm em suas agendas de ação e luta todos os princípios dela constituinte, tornando possível o diálogo desses grupos com outros grupos, comunidades e agências que operacionalizam a luta através dela.

Por fim, embora nem sempre se percebam ou se identifiquem como camponeses, populações indígenas e quilombolas também têm uma forte relação com o ambiente em que estão inseridos, construindo suas territorialidades a partir dessa relação. Suas vidas cotidianas são marcadas pelas escolhas e práticas produtivas que fazem que reflète em um calendário e uma paisagem particular que cria territorialidades e com elas identidades. Sendo que é impossível dissociar aquilo que se produz e se come com quem esses indivíduos são ou como se identificam em relação a si e a outros. Dependem das territorialidades particulares que criam que envolvem diferentes usos do lugar que vão do extrativismo ao plantio em rotação e sistema de pousio, além dos usos comuns da terra e do trabalho coletivo desta. Sua Soberania Alimentar existe num cenário em que podem continuar a elaborar e reelaborar suas práticas e sua relação entre si e com suas territorialidades localmente globais. Entender suas demandas é portanto entender os sentidos de autonomia, respeito e diversidade que estruturam o próprio conceito de Soberania Alimentar.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- AGARWAL, Bina. Food sovereignty, food security and democratic choice: critical contradictions, difficult conciliations. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1247–1268, 2 nov. 2014.
- ALMEIDA, Mauro W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, VOL. 1, nº 2, p. 157-186, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. *Monthly Review*, 102–14, 2009.
- ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, C. I. Sustainable Agriculture Reviews. *Sustainable Agriculture Reviews*, n. 11, p. 1-29, December 2012.
- BARTRA, Armando. "Identidades multinacionais". In: BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica/Cátedra UNESCO de Educação no Campo e Desenvolvimento Rural, 2011, p. 159-277.
- BRANDEMBURG, Alfio; BEZERRA, Islandia; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos. *Guaju*, v. 2, n. 1, p. 2–13, 25 out. 2016.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Volume 1: O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1961.
- COCA, Estevan. A soberania alimentar como parte dos contra-espacos do Brasil contemporâneo. *Boletim Alfenense de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 25–43, 14 jun. 2022.
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.
- COSTA, Marcilene Silva. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. *Amazônica*, vol. 3, n. 2, p. 408-428, 2011.
- CUNHA, Manuela C.; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify, 2009.
- DAIGLE, Michelle. Tracing the Terrain of Indigenous Food Sovereignies. *Journal of Peasant Studies*, vol. 46, n. 2, p. 1–19, 2017.
- DE SCHUTTER, Olivier. "Food Democracy South and North: From Food Sovereignty to Transition Initiatives." *Open Democracy*, 2015. <https://www.opendemocracy.net/olivier-de-schutter/food-democracy-south-and-north-from-food-sovereignty-to-transition-initiatives>.
- DESMARAIS, Annette. A. Peasants Speak - the Via Campesina: Consolidating an International Peasant and Farm Movement. *Journal of Peasant Studies*, vol. 29, n. 2, p. 91–124, 2002
- — —. *La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Halifax/London: Fernwood/ Pluto Press, 2007.
- DESMARAIS, Annette A; WITTMAN, Hannah. Farmers, Foodies and First Nations: Getting to Food Sovereignty in Canada. *Journal of Peasant Studies*, 41 (6): 1153–73, 2014. <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.876623>.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and danger*. Londres: Routledge, 2010.
- EDELMAN, Marc. What is a peasant? What are peasantries? A briefing paper on issues of definition. *Intergovernmental Working on a United Nations Declaration on Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas*. Geneva 15-19 July, 2013.
- EDELMAN, Marc. Food Sovereignty: Forgotten Genealogies and Future Regulatory Challenges. *The Journal of Peasant Studies*, 41 (6), p. 959–978, 2014.
- EMPERAIRE, Laure. "Patrimônio agrícola e modernidade no Rio Negro". In: Cunha, Manuela Carneiro da; Cesarino, Pedro de Niemeyer (org). *Políticas culturais e povos indígenas*. Editora da UNESP, 2016, p. 59-89.
- EMPERAIRE, Laure; ELOY, Ludivine; SEIXAS, Ana Carolina. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 11, p. 159–192, abr. 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST No Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, vol. 8, n. 6, p. 14-34, 2005.
- — —. Entrando Nos Territórios Do Território. *Boletim DATALUTA*. 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acessado em 01/04/2018,

- FIGUEIREDO, Luciene D. *Do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas, NEAF/UFPA, Belém, 2005.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. *Declaração de Nyéléni*. Nyéléni, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acessado em: 16/04/2018.
- GREY, Sam; PATEL, Raj. "Food Sovereignty as Decolonization: Some Contributions from Indigenous Movements to Food System and Development Politics." *Agriculture and Human Values*, vol. 32, n. 3, p. 431-444, 2015.
- GUEDES, André. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 18, n. 1, p. 23-39, 2016.
- GUSMÃO, Neusa M. M. Terra de mulheres: Identidade e gênero em um bairro rural negro. *Revista de história*, nº 129-131, p. 81-100, 1993/1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. *REVISTA NERA*, n. 35, p. 174-198, 2017.
- LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. *Terra Livre*, ano 34, vol. 1, n. 32, p. 278-322, 2019.
- LEÃO, Marília Mendonça; MALUF, Renato S. A *Construção Social de Um Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional A Experiência Brasileira*. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2009.
- LIBERATO, Rita Simone et al. Soberania Alimentar no Machimbombo e na aldeia: gênero na perspectiva Sul-Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. e66961, 25 nov. 2019.
- LIMA, Livia R. *Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - FFLCH/USP, São Paulo, 2009.
- LINHARES, Joyce. S. S. D. *Os Projetos de Etnodesenvolvimento no Quilombo Campinho da Independência - Paraty/RJ*. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, vol. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
- MACÊDO, Gabriela S. S. R. *Espécies hortícolas alimentares da população caiçara do Sertão de Ubatumirim, Litoral norte de São Paulo: manejo e paisagem*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Agrônômicas – UNESP-Botucatu, Botucatu, 2014.
- MALUF, Renato S. "Alimentação, Escola E Agricultura Familiar." *Oppa - Observatório de Políticas Públicas Para a Agricultura*, nº 26, 2009, p. 1-3.
- MALUF, Renato S. "Segurança Alimentar E Nutricional Com Valorização Da Cultura Alimentar." In: MIRANDA, Danilo Santos; CORNELLI, Gabriele. *Cultura E Alimentação - Saberes Alimentares E Sabores Culturais*. Editora SEESC, 2007, p. 143-150.
- MALUF, Renato Sergio, BURLANDY, Luciene; SANTARELLI, Mariana; SCHOTTZ, Vanessa; SPERANZA, Juliana Simões. Nutrition-Sensitive Agriculture and the Promotion of Food and Nutrition Sovereignty and Security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 20, n. 8: p. 2303-2312, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123201520814032014>. Acessado em: 12/06/2017.
- MCKAY, Ben; NEHRING, Ryan; WALSH-DILLEY, Marygold. "The 'state' of food sovereignty in Latin America: political projects and alternatives pathways in Venezuela, Ecuador and Bolivia". *The Journal of Peasant Studies*, 41, nº 6, p. 1175-1200, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2014.964217>. Acessado em: 12/06/2017.
- MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. Editora da UNESP/Editora UFRGS, 2016.
- MINTZ, Sidney. Comida e Antropologia: Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16, nº 47, p. 31-41, 2001.
- MOTA, D. M. SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. *Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero*. Brasília, DF: Embrapa, 2021.
- O'DWYER, Eliane. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. *Revista de Antropologia*, vol. 61, n. 1, p. 33-46, 2018.
- PANTOJA, Mariana Ciavatta; MATTOS, Amilton Pelegrino de. Os plantios como experiência criativa: um primeiro ensaio. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 17, nº 1, p. 153-171, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p153>. Acessado em: 01/04/2018.
- PATEL, Raj (guest editor). Food Sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 36, nº 3, p. 663-706, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150903143079>. Acessado em: 12/12/2017.
- PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e Movimentos Sociais*. Editora da UNESP, 2008.

- RAIMUNDO, Sidney; SIMÕES, Eliane. "Dilemas e desafios para instalação de sistemas agroflorestais no interior e entorno do Parque Estadual da Serra do Mar Núcleo Picinguaba – (SP)". *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária* 11, n. 22, p. 464-490, 2016.
- ROCHA, Maria Regina T. da. *A Rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, UFRS, Porto Alegre, 2011.
- SAGE, Colin. The Interconnected Challenges for Food Security from a Food Regimes Perspective: Energy, Climate and Malconsumption. *Journal of Rural Studies* nº 29, p. 71–80, Jun. 2008.
- RUDOLPH, Karlah R; McLACHLAN, Stephane M. Seeking indigenous food sovereignty: origins of and responses to the food crisis in northern Manitoba, Canada. *Local Environment*, vol. 18, nº 9, p. 1079-1098, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13549839.2012.754741>. Acessado em 10/04/2018.
- SCHIAVONI, Christina M. The contest terrain of food sovereignty construction: toward a historical, relational and interactive approach. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44 nº 1, p. 1-32, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1234455>. Acessado em: 10/01/2018.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Igor Assis Carvalho. *Raízes ancestrais: as mandiocas (Manihot esculenta Crantz) da comunidade quilombola Vargem do Inhaí*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SHAW, D. John. *World Food Security: A History since 1945*. Palgrave MacMillan, 2007.
- SIMON, George-André. "Food Security: Definition, Four Dimensions, History." *Fao*, no. (March, 2012): p. 1–28. <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/uni/F4D.pdf>.
- STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho. Soberania Alimentar: Uma Necessidade Dos Povos." *EcoDebate: Cidadania & Meio Ambiente*, 2011. <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>.
- STRAUCH, Guilherme de Freitas E. *Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado*. Escuela Internacional de Doctorado en Agroalimentación – EIDA 3. Universidad de Córdoba – España, 2015.
- TEMPASS, Mártin César. O belo discreto: a estética alimentar Mbyá-Guarani. *Espaço ameríndio*, v. 1, nº 1, p. 170-194, 2007.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Agronegócio Alcoolizado e Culturas Em Expansão No Pontal Do Paranapanema! Legitimação Das Terras Devolutas/Improdutivas E Neutralização Dos Movimentos Sociais*. *Mimeo*, p. 1–42, 2007.
- VELHO, Otávio G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.
- WITTMAN, Hannah. Reworking the Metabolic Rift: La Via Campesina, Agrarian Citizenship, and Food Sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, nº 4, p. 805–826, 2009.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- ZANOTTO, Rita. *Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Presidente Prudente, 2017.

Food Sovereignty, Territory and Ethnicity: Conexions, overlaps and relations

Food Sovereignty (FS) has been discussed largely through case studies in which its theoretical definition is used as an approach to explain actions or analyse contexts in mainly local-scale settings. In both cases, there is a centrality of the social production of space, understood as territories and places produced under intense and politicised social-ecological relationships with important connections to food and the use, preparation, consumption and trade of resources. At the core of this process is the social production of space by peasant populations. In Brazil, this category is crossed by an ethnic diversity that makes explicit and characterises the diversity of this group whose common aspects are its close connection with the land and its small-scale production, most often performed by relatives. This article will therefore look at indigenous and traditional populations, who, although often forgotten or under-represented in the debate on Food Sovereignty in Brazil, are central to its promotion and maintenance, given core dimension of ethnicity and territory according to which they organise their ways of life and resistances.

KEYWORDS: Food Sovereignty, Territory, Traditional Populations, Food, Land.

Soberanía Alimentaria, Territorio y Etnicidad: Conexiones, superposiciones y relaciones

La Soberanía Alimentaria (SA) se ha debatido en gran medida a través de estudios de caso en los que su definición teórica se utiliza como enfoque para explicar acciones o analizar contextos en ámbitos principalmente de escala local. En ambos casos, existe una centralidad de la producción social del espacio, entendido como territorios y lugares producidos bajo intensas y politizadas relaciones socioecológicas con importantes conexiones con la alimentación y el uso, preparación, consumo y comercio de recursos. En este proceso es central la producción social del espacio por parte de las poblaciones campesinas. En Brasil, esta categoría está atravesada por una diversidad étnica que explicita y caracteriza la diversidad de este grupo cuyos aspectos comunes son su estrecha conexión con la tierra y su producción a pequeña escala, la mayoría de las veces realizada por familiares. Este artículo se ocupará, por lo tanto, de las poblaciones indígenas y tradicionales que, aunque a menudo olvidadas o subrepresentadas en el debate sobre la Soberanía Alimentaria, son fundamentales para su promoción y mantenimiento, dada la centralidad de la dimensión étnica y territorial según la cual organizan sus formas de vida y resistencias.

PALABRAS CLAVE: Soberanía Alimentaria, Territorio, Poblaciones Tradicionales, Alimentos/Comida, Tierra.

Artigo recebido em setembro de 2022. Aprovado em dezembro de 2022.